

## São João del-Rei e de outros nomes: um estudo toponímico

### São João del-Rei and other names: a toponymic study

Celso Reis Macedo<sup>1</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da análise dos topônimos utilizados para nomear a cidade de São João del-Rei – MG. Ao longo dos séculos XVIII – XX, as denominações das localidades mineiras variaram significativamente. Desse modo, buscando contribuir para os estudos no âmbito da lexicografia e lexicologia, apresentam-se possíveis motivadores da mudança do topônimo a que se submeteu a cidade de São João del-Rei, que é uma das maiores cidades setecentistas mineiras. A nomeação dos lugares não é algo recente nas atividades humanas, uma vez que remonta desde os primeiros tempos que a memória humana alcança. Dessa forma, este artigo, adotando o referencial teórico–metodológico da toponímia, traz os resultados da análise de um topônimo que, ainda hoje, gera divergências entre os próprios moradores, bem como a análise da motivação dessa variação e a mudança.

**Palavras-chave:** Léxico. Toponímia. Variação. São João del-Rei.

**Abstract:** The present work aims to present the results of the analysis of the toponyms used to name the city of São João del-Rei. Throughout centuries XVIII - XX the denominations of the localities of Minas varied significantly. In this way, seeking to contribute to the studies in the scope of lexicography and lexicology, possible motivators of the change of the toponym that is submitted to the city of São João del-Rei, one of the largest cities of Minas Gerais. The appointment of places is not something recent in human activities, since it dates back to the earliest times to which human memory reaches. Thus, this article, adopting the theoretical and methodological reference of toponymy, brings the results of the analysis of a toponymy that until today generates divergences among the residents themselves and the analysis of the motivation of this variation and the change.

**Keywords:** Lexicon. Toponymy. Variation. São João del-Rei.

### 1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da análise dos topônimos registrados da cidade de São João del-Rei – MG, uma vez que esta apresenta grande variação no próprio nome da cidade. Atualmente inúmeros trabalhos científicos têm sido realizados na área lexical, com destaque para aqueles que buscam compreender e explicar fatos linguísticos tendo por base as pesquisas na área da toponímia. A toponímia é a área científica da linguagem que investiga os nomes dos lugares e, se por um lado, é específica, por se valer das nomeações espaciais como objeto de pesquisa, por outro, é transdisciplinar, por dialogar

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística – POSLIN – FALE, UFMG, MG, Brasil, procelsor@gmail.com.

intimamente com outros ramos do saber científico como a Sociologia, a História, a Geografia, a Antropologia etc. Considerando os topônimos como testemunhos da história da língua, tendo em vista que, caracterizados principalmente pela motivação, eles registram os contatos linguísticos e culturais entre os povos, é possível, com um estudo toponímico, identificar as influências linguísticas na língua portuguesa.

Ao longo dos séculos XVIII – XX, as denominações das localidades mineiras variaram significativamente. O levantamento feito pelo grupo de geoprocessamento vinculado à Secretaria de Assuntos fundiários de Minas Gerais dá a dimensão desse processo: dos atuais 853 municípios mineiros, apenas 15% nunca sofreram alguma alteração na respectiva designação, segundo Ramos e Venancio (2002).

Desse modo, buscando contribuir para os estudos no âmbito da lexicografia e lexicologia, apresentam-se possíveis motivadores da mudança do topônimo a que se submeteu num curto espaço de tempo a cidade em pauta. São João del-Rei é um município da região do Campo das Vertentes, Sudeste do estado de Minas Gerais. É uma das maiores cidades setecentistas mineiras. O Arraial Novo do Rio das Mortes, que deu origem à cidade, foi fundado entre 1704 e 1705. Aí, se fixa o terceiro núcleo de povoamento da região, uma vez que já existiam o Arraial Velho do Rio das Mortes e o Porto Real da Passagem segundo, Cintra (1988). Já bastante próspera, em 1713 a localidade é elevada à vila e recebe o nome de São João del-Rei em homenagem a Dom João V, rei de Portugal. O desenvolvimento e progresso da vila a elevam à categoria de cidade em 06 de março de 1838. De acordo com Dick (1990), a nomeação dos lugares não é algo recente nas atividades humanas, o ato de dar nome aos locais por onde o homem se locomove e, também, onde ele vive remonta desde os primeiros tempos que a memória humana alcança. Ao nomear um lugar, o homem distingue os acidentes geográficos e humanos, ao mesmo tempo que os eterniza como referentes para uma comunidade.

Dessa forma, este artigo traz como referencial teórico metodológico o modelo laboviano, bem como adota o modelo toponímico de Dauzat (1939) e Dick (1990). Ele está dividido em quatro partes: a primeira contém uma breve reflexão sobre a toponímia; a segunda, um rápido histórico sobre a cidade de São João del-Rei; a terceira apresenta os dados toponímicos; e, por fim, são apresentados alguns resultados e considerações.

## **2 A toponímia**

Um questionamento que quase sempre instigou, desde os alunos nas aulas de Língua portuguesa até professores, é: de onde vem o nome das coisas? Quem deu os primeiros nomes? Geralmente é muito vago dizer que tal nome vem do latim, mas e lá no latim, quem nomeou? Que critérios foram utilizados? Assim, percebe-se a importância dos nomes para a compreensão e identificação das pessoas, dos elementos, dos fenômenos e de tudo que pertence ao universo que nos rodeia. O ato de nomear e os nomes fazem parte da história, bem como da cultura de um povo, de um indivíduo, de uma sociedade.

Segundo Biderman (1996, p. 27), o léxico é “o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”. Assim, ele pode ser entendido como todos os itens lexicais. Além de abarcar palavras e suas significações, o léxico tem relação com a cultura de um povo, pois carrega em si o peso de questões políticas, sociais, ideologias e interações específicas de uma população. A essa ciência que trabalha com o léxico sob diversas óticas damos o nome de lexicologia. Como parte da lexicologia, temos a Onomástica (termo empregado, às vezes erroneamente, como sinônimo de antroponímia). Dauzat, em 1951, concebe a antroponímia e a toponímia como ciência e orienta que “Antroponímia é a ciência dos nomes de pessoas (antropônimo, nome de pessoa); toponímia, a ciência dos nomes de lugares (topônimo, nome de lugar), para este autor a Onomástica é a união dessas duas ciências. As definições de Dauzat têm orientado muitos dos estudos atuais sobre a questão do nome, Seabra (2018).

Para Dick, os topônimos são:

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990b, p. 22).

Assim sendo, entendemos que o ato para designar reflete, sobretudo, a representação de costumes, práticas, traços culturais. Ademais, vale ressaltar ainda que, além dos nomes enquanto identificação de pessoas/coisas/objetos, temos também os nomes para a identificação de lugares. Nesse âmbito, temos os topônimos, que são os nomes atribuídos a determinados locais (bairro, cidade, rua, praças, entre outros). Este estudo pauta-se, especificamente, nos topônimos. Dessa forma, entendemos que os topônimos têm plena relação com a cultura e

história de uma determinada população. Vale ressaltar que, nos estudos dos topônimos e antropônimos, deve-se considerar a referência.

A função referencial, seja ela voltada para o nome de pessoa ou para o nome de lugar, é a que se destaca; “já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem se mantendo na língua, atravessando gerações.” (SEABRA, 2006, p. 1956). Não se pode falar em toponímia e antroponímia sem se esbarrar na função primeira desses signos linguísticos que é a referência, muito menos deixar de estudar a função simbólica ou representativa que eles sustentam, uma vez que a vinculação do significado de um nome a uma determinada pessoa ou localidade implica necessariamente a pergunta sobre o que ele simboliza, o que representa ou denomina, Seabra (2018).

Como disciplina que caminha ao lado da história, geografia, sociologia, entre outras, a toponímia possibilita, com os seus dados e análise destes, conhecer a relação entre o ser humano e o espaço onde ele vive ou viveu, por meio da análise da motivação do denominador, em sua atitude espontânea ou não de nomear os lugares. Vistos como símbolos carregados de significados, os topônimos fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade e, por isso, refletem as marcas do saber cultural e histórico, deixadas no espaço em que foram inseridos. Assim, Dick (1997, p. 42) afirma que:

O sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza, nesse ato, posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome, dentro de um princípio derivado daquele remoto conjunto de circunstâncias comuns.

A toponímia, analisada como elemento integrante do estudo do léxico, é um dos principais instrumentos promovedores do resgate do léxico desaparecido ou, pelo menos, semanticamente esvaziado, pois, embora nascida na oralidade, quando ela se materializa em codificações escritas como documentos, recibos, cartas topográficas e mapas, por exemplo, demonstra, assim como qualquer outro documento formal, os fatores de estabilidade da língua.

Devido à tendência conservadora do topônimo, qualquer área toponímica pode ser percebida como uma espécie de sítio arqueológico, onde é permitido reconstruir, por meio da análise dos vestígios linguísticos e dos significados cristalizados nos nomes dos *topos*, os fatos sociais desaparecidos, a origem e a explicação de fenômenos do presente.

O estudo do léxico, na sua variedade toponímica, propicia o reconhecimento de elementos que atravessaram o tempo, permitindo o resgate da própria substância ontológica do social, pois, como afirma Dick (1990b, p. 23), “o topônimo está onerado de uma profunda carga significativa.” Dessa forma, entende-se por que, em Onomástica, é indispensável lidar com o referente e o contexto na busca da recuperação do significado do nome, bem como reconhecer o seu percurso gerativo; nessa perspectiva, a toponímia tem como um de seus pilares a análise da relação do homem com o meio, no que se refere à designação dos *topos*.

Quando a referência se perde ao longo do tempo, o topônimo, na qualidade de designador rígido, pode tornar-se uma importante fonte de recuperação da memória que ficou esquecida, já que, como ressalta Seabra (2006, p. 1954), ele é uma entidade que vai além da expressão linguística e envolve, obrigatoriamente, o próprio referente que destaca. Uma vez que o topônimo é um signo linguístico motivado, a toponímia não se ocupa apenas em desvendar a etimologia e a formação dos signos, procura descobrir o porquê da escolha ou quais foram as motivações que animaram o denominador a atribuir determinados topônimos.

A adoção do modelo de Dick e de seus atuais desdobramentos conforme Carvalho (2018) se devem não somente à sua grande abrangência, mas, principalmente, à ênfase dada por eles ao fator motivacional do signo linguístico, que considera o estreito vínculo entre o objeto denominado e seu denominador. Sobre o assunto, Dick (1990b, p. 38) destaca que não é exagero considerar a motivação como uma das principais características do topônimo, pois, embora o signo toponímico seja uma forma de língua, “a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário em termos de língua transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado”.

### **3 Breve história de São João del-Rei**

São João del-Rei é um município da região do Campo das Vertentes, Sudeste do estado de Minas Gerais. Desde 1674, bandeirantes paulistas, nas pegadas de Fernão Dias Pais pelo Caminho Geral do Sertão, começaram a devastar, de Sul a Norte, o território que, em consequência de suas ricas jazidas auríferas, viria a se chamar Minas Gerais.

Nos últimos anos daquele período, Tomé Portes Del Rei, com familiares e escravos, decidiu permanecer a meio caminho, à margem esquerda do Rio das Mortes, no local chamado Porto Real da Passagem, dando início ao povoamento da região. Tomé Portes morreu





assassinado por alguns de seus escravos, e o seu genro, Antônio Garcia da Cunha<sup>2</sup>, sucedeu-lhe como autoridade local e guarda-mor das canoas. Sob sua jurisdição entre os anos 1704 e 1705, foram descobertos os depósitos auríferos das encostas do atual Alto das Mercês. Logo, para as imediações, ocorreram paulistas e forasteiros, genericamente, estes apelidados por aqueles de emboabas, “junto do caminho e em sítios próximos, paulistas e emboabas formaram logo um arraial e levantaram uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Pilar”. (GUIMARÃES, 1996, p. 19)

Tinha início assim o Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes, que ficou sendo Arraial Novo, em oposição ao Arraial Velho de Santo Antônio<sup>3</sup>. Entende-se aqui Arraial como povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minérios ou metais raros, pesca; lugarejo provisório; aldeolas de pescadores, segundo prescreve o Instituto Geográfico Cartográfico (1995).

O Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar foi criado no local conhecido como Tejuco, na encosta sul da Serra do Lenheiro, após a descoberta do ouro no ribeirão de São Francisco Xavier por Lourenço da Costa. O paulista responsável pela descoberta logo espalha a notícia e diversas pessoas partem para a região, dando início à formação das vilas. Algum tempo depois, o Arraial Novo de Senhora do Pilar passa a se chamar Arraial Novo do Rio das Mortes<sup>4</sup> e a exploração do ouro se expande e atrai cada vez mais pessoas ao local, originando acirradas disputas pelas posses das terras.

A rivalidade entre paulistas e emboabas (nome pelo qual os paulistas chamavam todos que não fossem da Capitania de São Vicente – atual São Paulo – que, em sua maioria, eram portugueses) dá início à Guerra dos Emboabas em 1707, perdurando até 1709 e incluindo o famoso episódio do “Capão da Traição”<sup>5</sup>, quando os paulistas são encurralados e chacinados pelos portugueses.

---

<sup>2</sup> Antônio Garcia da Cunha, segundo Guimarães (1994), pode e deve ser considerado o fundador de São João del-Rei e não Tomé Portes Del Rei, como erroneamente circula, uma vez que “o arraial de que se originou a vila é posterior à morte de Tomé Portes.” (BARBOSA, 1971, p.458)

<sup>3</sup> O Arraial Velho de Santo Antônio é hoje a cidade de Tiradentes-MG.

<sup>4</sup> A denominação do Rio das Mortes, já usual na passagem do século XVII para o XVIII, deve-se, segundo Antonil (1982) “a morrerem nele uns homens que o passavam nadando e outros que se mataram a pelouradas, brigando entre si sobre a repartição de índios que traziam do sertão.” Do que se conclui, contrariamente ao que muitos afirmam, nada tem a ver com a matança de paulistas, ocorrida no episódio do Capão da Traição, durante a Guerra dos Emboabas, acontecida entre os anos de 1707 e 1709.

<sup>5</sup> Capão da traição foi um conflito ocorrido no contexto da Guerra dos Emboabas nos anos iniciais da economia aurífera, em que dezenas de soldados paulistas teriam sido mortos após entregarem suas armas com a promessa de que teriam suas vidas poupadas. Para entender tal acontecimento, é preciso dar conta de, pelo menos, duas

Em 8 de dezembro de 1713, o arraial é nomeado como Vila de São João Del Rei, em homenagem a Dom João V, e alçada à sede da Comarca do rio das Mortes. Vila aqui entendida como sede do termo; unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização (a primeira vila criada no Brasil foi São Vicente, em 22/01/1532), tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho – símbolo de autonomia; termo empregado em substituição a município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas. (INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO, 1995).

Desde os tempos de sua formação, desenvolve-se a produção mercantil e de gêneros alimentícios, resultantes tanto da atividade agrícola, quanto da pecuária. Esse fato vai possibilitar o contínuo crescimento da localidade, que não sofre grandes perdas com o declínio da atividade aurífera, verificado nas Minas Gerais a partir de 1750. Nessa época, a exploração do ouro entra em decadência, entretanto a Coroa Portuguesa continua a exigir pesados impostos da população. Essa situação faz crescer o nível de consciência de setores intermediários da sociedade, levando padres, militares, estudantes, intelectuais e funcionários das principais vilas mineiras, como São João del-Rei, Tiradentes e Vila Rica, a conspirar contra a metrópole.

Em poucos anos, o movimento conhecido como Inconfidência Mineira toma corpo e ganha adeptos em cada arraial e vila da Capitania das Minas Gerais. Grandes planos são traçados tendo em vista a produção de bens de consumo aliada à liberdade comercial, o que descartaria a política monopolizadora da metrópole. A Vila de São João del-Rei é escolhida para abrigar a nova capital. Todavia, em 1789 o movimento é denunciado pelo coronel Joaquim Silvério dos Reis, devedor de somas altíssimas à Fazenda Real.

Em princípios do século XIX, com a expansão comercial, São João del-Rei apresenta lojas instaladas em elegantes casarões que oferecem todo tipo de mercadoria, desde as produzidas na comarca até as importadas. Também é precoce o surgimento da imprensa, assinalado pela fundação, em 1827, do “Astro de Minas”, o segundo jornal de Minas Gerais na época. Ainda no século XIX, contava com casa bancária, hospital, biblioteca, teatro, cemitério público construído fora do núcleo urbano, além de serviços de correio e iluminação pública a querosene.

---

questões: as descobertas de minas de ouro na região paulista em fins do século XVII e os conflitos pela posse daquele território. (TAUNAY, 1981).

Em 1838, a Vila de São João del-Rei torna-se cidade. De acordo com Ávila (2006), nessa época, possuía cerca de 1.600 casas, distribuídas em 24 ruas e 10 praças. Consideramos aqui cidade a título honorífico concedido, até a Proclamação da República, pela Casa Imperial, as vilas e municípios, sem nada a acrescentar à sua autonomia; a partir da Constituição de 1891, este poder é delegado aos Estados, que podem tornar cidade toda e qualquer sede de município; nome reconhecido legalmente para as povoações de determinada importância. (INSTITUTO GEOGRÁFICO CARTOGRÁFICO, 1995).

Desenvolve-se, ainda mais, com a inauguração em 1881 da primeira seção da Estrada de Ferro Oeste-Minas, que liga as cidades da região a outros importantes ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em junho, o Congresso Mineiro Constituinte aprova, em primeira discussão, a mudança da capital para a região da Várzea do Marçal, subúrbio de São João del-Rei. Mas, numa segunda discussão, o projeto inclui Barbacena e também Belo Horizonte, um planalto localizado no Vale do Rio das Velhas, onde existia o antigo Arraial do Curral Del Rei, sendo este escolhido.

#### 4 Análise dos dados

Seguindo a orientação geral da metodologia de LABOV (1974), que parte “do presente para o passado e volta ao presente”, a pesquisa dos dados se iniciou, conforme se mostra abaixo, pela forma escrita atual. Posteriormente, os documentos, os mapas e as efemérides vieram a ser consultados. Os nomes encontrados nos textos passaram, então, a ser confrontados com os dados escritos atuais, observando-se a sua opacidade, a sua motivação, a sua caracterização icônica.

O Estudo toponímico revela que o topônimo que nomeia a cidade de São João del-Rei apresenta dois tipos de variações, uma diacrônica e outra sincrônica. Aquela é revelada ao longo dos séculos, uma vez que encontramos 06 (seis) variantes desde o início da cidade, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Topônimos registrados da cidade de São João del-Rei- MG.

Topônimo	Data provável
São João	1704 – 1705
Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes	1704 – 1705
Arraial Novo do Rio das Mortes	1704 – 1705
Arraial Novo	1705
Vila de São João d’El-Rey	1713





Cidade de São João d'EL-Rei
-----------------------------

1838
------

Fonte: o autor

Segundo Dick (1990a), verifica-se que, do total de topônimos do Estado de Minas Gerais, os topônimos de origem religiosa não constituem a taxa predominante em Minas Gerais. Entretanto, no cômputo geral dos dados do Atemig<sup>6</sup>, em que se observa, para cada mesorregião, o número de ocorrências de cada uma das 27 taxas propostas por Dick, verifica-se que, entre as taxionomias de natureza antropocultural, os hagiotopônimos aparecem com destaque em todas elas, figurando entre o 1º e o 5º lugar.

São muitas as localidades que se honram de ser chamadas com o seu patrono e os oragos estão vivos no imaginário popular até ao ponto de existir com eles um trato igualitário e fraternal: o santo está na igreja mas é um vizinho como outro qualquer a quem pedir favores e a quem se convida a participar das alegrias e das tristezas. Quando o santo dá nome à freguesia será por ter sido capaz de ganhar o apreço dos seus covizinhos, salvando-os das calamidades e acompanhando-os nos bons e maus momentos de suas vidas. (GONZALEZ, 2001, p. 63)

Consta que o primeiro nome foi São João, segundo Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (1927). O agiotopônimo São João pode ser explicado no Termo 215, página 50 – de uma carta que o senado da câmara da vila escreveu ao ilustríssimo senhor Bispo do Rio de Janeiro Dom Francisco de São Jerônimo e que o dito senado mandou registrar:

Em dia de Corpus Christi escreveu este Senado ao Reverendo Vigário da Vara deste Distrito Manoel Cabral Carmelo insinuando-lhe que na Matriz desta Vila havia de expor o Sacramento porque se fazia a festa do dia segundo costume da Igreja e ordem de Sua Majestade que Deus guarde para o que era necessária provisão e licença que o dito Reverendo Vigário da Vara concedeu logo e se lhe achou conforme o estilo. Em dia de São João tornou este Senado a fazer a mesma diligência por carta como a antecedente significando-lhe que se fazia a celebração do Santo debaixo da proteção real por ser padroeiro desta Comarca e sem a mais outra causa que a sua Resolução respondeu o dito Reverendo Vigário da Vara que se quisessem licença a alcançassem por petição. (GAIO SOBRINHO, 2010, p. 32)

Também há um recibo de Mandato de pagamento “Rec 168 pg 03 – Por trinta e duas oitavas de ouro que deu ao Padre Fr. Antônio Xavier de Santa Rosa pelo Sermão da festa de São João de que se lhe passou mandado em 14 de setembro.” (GAIO SOBRINHO, 2010, p. 34)

Por fim há um documento, escrito em 1740, que tem o seguinte título:

Notícia– 4ª Prática que dá ao R. P. Diogo Soares o sargento-mor José Matol sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes. E, entre outras coisas, informa: No ano de 1704, com pouca diferença, morando sobre o Rio das Mortes desta parte, aonde hoje é, e foi sempre, o porto da passagem, Antônio Garcia da Cunha Tabatiano, que, por morte do dito Thomé Portes, seu sogro, sucedeu em guarda-mor para a repartição das terras minerais [...], Lourenço da Costa, natural de S. Paulo [...], descobriu o ribeiro que corre por detrás dos morros desta Vila de São João, para a parte do Noroeste, e foi repartido

<sup>6</sup> Atlas toponímico do Estado de Minas Gerais.

entre várias pessoas com o nome de S. Francisco Xavier. (CORTESÃO, 1950, p. 13)

O segundo topônimo da cidade foi Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes. Segundo Carvalho (2018), trata-se de um mariotopônimo. Ampliando a taxa até então utilizada, os mariotopônimos foram considerados uma subdivisão dos hierotopônimos proposta por Dick (1990b, p. 33). Os nomes relativos a invocações da Virgem Maria figuram no léxico toponímico do Estado, porém já foram muito mais presentes e foram sendo modificados, como é o caso em questão. Como outros arraiais mineradores, o povoado surge a partir de uma capela, erguida, neste caso, em devoção a Nossa Senhora do Pilar, ao redor da qual foram se fixando bandeirantes e aventureiros que chegaram à região atraídos pelo ouro, segundo Guimarães (1996).

Ainda segundo Guimarães (1996), sabe-se que, imediatamente após o descobrimento do ouro, formou-se o arraial, ao pé do morro, “pela paragem que está da matriz até o mesmo morro, com uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar”. Explica ainda que o arraial ficou com o nome de Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, em razão do “arraial de Santo Antônio ser primeiro, pelo que ficou sendo arraial velho”.

O nome Arraial Novo do Rio das Mortes é considerado um animotopônimo, dentro da taxionomia de Dick (1992). Os animotopônimos compreendem os nomes que têm por núcleo o sema do sentimento ou de uma atitude emocional, uma vez que eles, de acordo com a definição proposta por Dick (1990b p. 32), são “relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante, como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex: cachoeira da Saudade, Triunfo, Belo Campo etc”.

Vila de São João del-Rei é um agiotopônimo que retoma o nome primitivo – São João – e acrescenta uma interferência absolutista que foi registrada mais de uma vez, como vemos neste caso: o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar – São João del-Rei (1713), bem como Caeté – Vila Nova da Rainha (1714), conforme Ramos e Venancio (2002). Transcrevemos abaixo o auto de levantamento da vila com a respectiva justificativa do nome:

1713 – auto de levantamento da vila de São João Del-Rey – Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil sete centos e treze anos, aos oito dias do mez de Dezembro do dito anno neste Arraial do Rio das Mortes, onde veio por ordem de Sua Magestade, que Deus guarde, Dom Braz Balthazar da Silveira mestre de campo general dos seus exércitos, Governador e Cappitão General da Cidade de São Paulo, e Minas, para efeito de levantar Villa o dito Arraial; e logo em virtude da dita ordem, que ao pé deste Auto vai registrada, o criou em Villa com todas as solenidades necessárias,



levantando o Pelourinho no lugar, que escolheu para a dita Villa a contento, e com a aprovação dos moradores dela [...] a qual ele dito Mestre de Campo General, e governador e Cappitão General appellidou com o nome de São João d'El-Rey, e mandou, que este título fosse de todo nomiado em memória do nome de EL-REY Nosso Senhor por ser primeira Villa que nestas Minas ell, dito governador e Cappitão General ... (GAIO SOBRINHO, 2010, p. 30)

A Vila de São João del-Rei foi elevada à condição de cidade pela Lei Provincial nº 93 de 6 de março de 1838, que tem o seguinte teor:

José Cezário de Miranda Ribeiro, Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou e eu Sanciono a Lei Seguinte:

Artigo 1º – Ficam elevadas à cidade as seguintes Vilas: § 1º - A de São João del-Rei com a denominação de cidade de São João del-Rei; § 2º - A de Sabará com a denominação de cidade de Sabará;

§ 3º - A do Príncipe com a denominação de cidade do Serro; § 4º - A de Diamantina com a denominação de cidade de Diamantina.

Artigo 2º - As novas cidades gozarão de todos os foros e privilégios que as Leis concedem às outras cidades do Império.

Artigo 3º - Logo que for publicada a Presente Lei, proceder-se-á, em cada um dos Municípios das Cidades novamente criadas, a eleição de dois Vereadores para servirem conjuntamente com os atuais até às eleições Gerais.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário. (...) (MINAS GERAIS, 1838).

Quando a vila é elevada à categoria de cidade de São João del-Rei, mantendo o agiotopônimo, surge um outro problema: qual a grafia correta da escrita do nome da cidade? O topônimo 'São João del-Rei', adotado no século XIX, apresenta discordância entre os registros e principalmente entre seus munícipes. Apesar de apresentar uma grafia oficial, já se grafou o nome da cidade de várias formas do século XVIII até hoje. A grafia oficial foi estabelecida na década de 1940, com a reforma gramatical sofrida pela Língua Portuguesa em 1943. O nome original vem de São João d'El-Rey (= de El-Rey), em homenagem ao rei de Portugal da época, Dom João V. É como se fosse São João 'do' Rei, ou pertencente ao Rei, ou, ainda, em honra a este. Com o tempo, o 'y' passou para 'i', e o apóstrofo foi suprimido. Vê-se, em alguns pontos, o 'del' maiúsculo. As inúmeras reformas ortográficas, quando aplicadas a nomes próprios, como é o caso, fazem-no perder a característica histórica e a lógica da escolha séculos atrás.

Analisando documentos do Século XVIII de várias naturezas como jurídicos, eclesiásticos, políticos, que registram a história da cidade, já era perceptível uma variação em como se registrava o nome da cidade. Gaio Sobrinho (2010, p. 14) ao explicitar as normas de transcrição da obra “São João del-Rei através de documentos” alerta ao leitor sobre o fato de que, nos originais, havia muitas incoerências sobretudo com o nome de São João del-Rei pelo fato de, segundo o autor, “aparecer escrito de mil maneiras diferentes” e destaca que a forma

escrita que prevalece é São João d’El Rey. Por sua vez, Guimarães (1996, p. 133) atribui um apêndice sobre a grafia do topônimo, em que diz que “a grafia vem sendo usada e abusada de formas as mais variadas (muitas vezes numa mesma publicação) em impressos comerciais, culturais, oficiais e de todas as áreas do ensino, carece e merece esclarecimentos que possibilitem seu uso correto e uniforme”

No ano de 2008, foi criada e sancionada uma Lei que estabelecia a grafia do nome de São João del-Rei, devido à gravidade do problema. Trata-se da Lei 4.253 de 15 de dezembro de 2008, que estabelece a grafia do nome de São João del-Rei, cujo adjetivo gentílico relativo é ‘são-joanense’, e dá outras providências. A Câmara Municipal de São João del-Rei a aprovou e o Prefeito Municipal de São João del-Rei sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica estabelecido a denominação correta do município, que passa a ser São João del-Rei - MG. Parágrafo Único- A denominação de que o caput do artigo, foi obtido através de estudos apresentados e defendidos. Artigo 2º - O adjetivo gentílico de São João del-Rei será São-joanense. Artigo 3º - Após a sanção desta Lei, a grafia oficial do município deverá ser defendida e divulgada pelos poderes do município. Artigo 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesmo com a lei em vigor, a população ainda não assimilou e vem mantendo as variantes de outrora. Em um levantamento feito com base na análise de currículos enviados para uma empresa da cidade em que pretendentes a vagas lançam o nome da cidade no item ‘naturalidade’, percebemos variações. Escolhemos esse tipo de fonte devido ao fato de ser um texto em que as pessoas sabem que os “erros” são considerados imperdoáveis; por ser um texto de apresentação pessoal, geralmente elas evitam cometer “erros” de qualquer natureza. Assim, ao escreverem o nome da cidade, fazem-no da maneira que julgam correta. Foram analisados 146 currículos e encontradas as seguintes variantes como descritas no Tabela 2.

Tabela 2 – Variantes do topônimo da cidade de São João del-Rei.

Variantes	Ocorrências	%
São João del Rei	29	19,86
São João Del Rei	73	50
São João del-Rei	27	18,49
São João Del-Rei	11	7,56
São João del rei	4	2,73
São João Del rei	1	0,68
São João Del Rey	1	0,68
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>100%</b>

Fonte: o autor

Analisando a tabela acima, percebe-se que o nome oficial da cidade, contido na Lei 4.253 de 15 de dezembro de 2008, que estabelece a grafia do nome de São João del-Rei, foi apenas a terceira variante mais utilizada com apenas 18,49% dos currículos analisados.

## 5 Considerações finais

A toponímia da cidade de São João del-Rei revela um pouco da história dos seus habitantes, seus costumes, sua cultura, seus interesses políticos e sociais. Como se pôde perceber, a história do topônimo da cidade de São João del-Rei é moldada num contexto de desencontros que vão desde o nome de seu fundador, perpassando a variação ao longo dos séculos até a grafia do nome da cidade, provando que o signo toponímico manifesta evidente motivação semântica na nomeação dos espaços ocupados pelo homem.

Esse trabalho instiga-nos a um aprofundamento com várias frentes, como a antropotoponímia. Observando, nesses nomes, a motivação, a variação e a mudança, São João del-Rei reúne, como cidade setecentista, todos os elementos que os estudos da toponímia mineira apresentam, uma forte influência religiosa, uma sujeição ao poder temporal, a conveniência do agrado à corte, a tentativa de emancipação, a conspiração ante a opressão, a sobrevivência ante a truculência do invasor, resiliência ao ressurgir das cinzas.

Por fim, concluímos que se faz necessária uma ampla e urgente divulgação do topônimo da cidade, para que não se perca a identidade do São-joanense frente a essa rica história. Além disso, é imprescindível também a consciência da necessidade de mais pesquisas e investigações no campo da toponímia, a fim de entender sua importância sócio-histórica e preservar a memória cultural e geográfica de lugares como São João del-Rei.

## Referências

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982. 205p.
- ÁVILA, Cristina. História de São João del Rei. Disponível em <<http://www.ufsj.edu.br/sites/jdr/html/historia.html>>. Acesso em 20 de ago. de 2018
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: s.n, 1971. 543 p.
- CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de . Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. in *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018 disponível em [http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888/pdf\\_1](http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12888/pdf_1) Acesso em: 15 ago. 2018.





- CINTRA, Sebastiao de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. São João del-Rei: S. Joao del-Rei Artes Graficas, 1963. 181 p.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Nomenclatura de ruas de Sao Joao del-Rei*. Juiz de Fora: Zas Gráfica e Editora, 1988. 24 p. Separata da Revista do Instituto Histórico e geográfico de São João del-Rei, n.6 .
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid*. Parte I, TomoI (1695 – 1735). Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. Rio de Janeiro. 1950. 472p.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de MG, 1970. 429 p.
- DAUZAT, A. *La toponymie française*. Paris: Payot, 1939.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Construção do Texto Onomástico: Escrita e Oralidade*. São Paulo, *Anais da XLVIII Reunião Anual da SBPC*, p.158-159, 1997.
- GAIO SOBRINHO, Antônio. *São João del-Rei através de documentos*. São João del-Rei. UFSJ, 2010. 260 p.
- GUIMARÃES, Fabio Nelson. *Ruas de São João del-Rei*. São João del-Rei Contagem: FAPEC/ Fund. Mariana Resende Costa, 1994. 55 p.
- GUIMARAES, Geraldo. *São João del-Rei: Século XVIII – História sumária*. São João del-Rei. Edição do Autor, 1996. 147 p.
- HENRIQUES, José Cláudio. *Bairro de Matosinhos: berço da cidade de São João del-Rei*. São João Del-Rei: UFSJ, 2002. 244 p.
- LABOV, W. On the use of the present to explain the past. In: HEILMANN, L. *Proceedings of the XIth International Congress of Linguistics*. Bologna: Mulino, 1974. p. 825-851.
- RAMOS, J. M.; VENÂNCIO, Renato Pinto. Topônimos Mineiros: uma fonte para a história social. In: DUARTE, M.E.L.; CALLOU, D. (Orgs.). *Para a História do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ; FAPERJ, 2002, v. 4, p. 113-123. Disponível em <http://www.letas.ufmg.br/profs/jania/dados/arquivos/top%C3%B4nimos%20mineiros%20uma%20fonte...pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de , ISQUERDO, Aparecida Negri . A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas / Onomastics in different perspectives: research results. in *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018 disponível em <http://periodicos.letas.ufmg.br/index.php/relin/article/view/13700/pdf> Acesso em: 11 ago. 2018.
- TAUNAY, Afonso de E. (org.). *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. 229p.
- MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. *Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial. 1927
- MINAS GERAIS. Lei n. 93 de 06 de março de 1838. Minas Gerais. Assembleia legislativa provincial. 6 de março de 1838. Disponível em [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis\\_mineiras\\_docs/photo.php?lid=1714](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=1714). Acesso em 15 ago. 2018.
- SÃO JOÃO DEL-REI. lei 4.253 de 15 de dezembro de 2008. Prefeitura Municipal de São João del –Rei. Minas Gerais. Disponível em <https://saojoadelreitransparente.com.br/laws/view/122>. Acesso em 18 ago. 2018.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. *Municípios e distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: IGC, 1995.

**[RECEBIDO: agosto/2018]**

**[ACEITO: novembro/2018]**